

ARTIGOS / Colunistas

[VEJA OS ÍNDICES COMPLETOS](#)

COMPARTILHAR



COMENTE

A A A

POLÍTICA FISCAL AMEAÇA O CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA

por Édison Freitas de Siqueira, advogado e presidente do IEDC

06.04.2011 | 12:00

ÉDISON SIQUEIRA



Por meio de um decreto presidencial, o governo aumentou de 2,38% para absurdos 6,38% a alíquota do IOF - Imposto sobre Operações Financeiras, exigido sobre as compras pagas com cartão de crédito fora do Brasil.

O governo federal diz ter implantado uma política fiscal voltada a reduzir e controlar os gastos em dólares na compra de produtos e serviços no exterior, salvaguardando a indústria, pois os produtos e os serviços brasileiros não podem competir em preço e qualidade com produtos estrangeiros, porque são onerados com o conhecido "custo Brasil", uma mistura de ineficiência nos investimentos governamentais versus elevada carga de impostos. A proposta não

poderia ser melhor, exceto se fosse realmente verdadeira.

Ainusitada preocupação governamental, nada tem haver com a proteção da indústria, dos produtos, dos serviços brasileiros e com a política e/ou inteligência fiscal. A verdade é que a recém eleita presidente Dilma Rousseff se viu em apuros quando pressionada a corrigir a tabela de isenção do imposto de renda na fonte pelos mesmos líderes sindicais que a elegeram.

Com a exigência dos sindicatos, a presidenta alterou a faixa de isenção do IR de R\$ 1.499,15 para R\$ 1.566,61. Ou seja, na sua grande maioria, os trabalhadores vinculados aos sindicatos dos trabalhadores - os quais dão sustentação ao governo, ficam dispensados de pagar imposto de renda. Este benefício, justo ou não, custará aos cofres públicos, a renúncia equivalente a não menos que um R\$ 1,6 bilhão só no ano de 2011.

Diante desta realidade paradoxal, o governo federal preferiu trilhar a política fiscal até então praticada pelos últimos governos. Gastar e gastar, e cobrar mais impostos, em um "toma-lá-da-cá", deixando a conta sempre para os cidadãos e empresas brasileiras.

Neste caso, a solução foi aumentar em mais de 300%, e de uma só vez, o IOF incidente sobre as compras de cartão de crédito feitas no exterior, arrecadando algo em torno de R\$ 1,75 bilhão dos contribuintes não favorecidos pela isenção do IRRF negociada com os sindicatos.

O pior disto tudo, é que esta decisão onerou, sem qualquer aviso, em quase 10% o orçamento de estadia, alimentação e transporte das pessoas que já se encontram viajando, seja a trabalho, estudos ou lazer.

Esta política autofágica e de desrespeito aos brasileiros revela o quanto é delicada a situação das contas governamentais.

Há um enorme desequilíbrio entre as previsões oficiais de receita e o tamanho das despesas governamentais, cujos números foram elevados pelos excessivos gastos do governo anterior, que acresceu a dívida pública só no ano de 2010 em valores superiores a R\$ 200 bilhões.

Não por outra razão, que a diretora-executiva da Standard & Poor's do Brasil, Mlena Zaniboni, disse que, caso o Brasil não cumpra a meta de superávit primário deste ano, equivalente a 2,9% do PIB, pode haver rebaixamento da perspectiva ou da nota de classificação de risco, afetando a atual classificação na escala do ranking de "investment grade".

Só com crescimento econômico é possível enfrentar as grandes despesas realizadas pela gestão anterior. Caso contrário, como pagar a dívida pública contraída em meados de 2010 pela emissão de títulos da dívida pública no valor de R\$ 202 bilhões?

Os recursos obtidos com este bilionário empréstimo foram repassados, a maior parte, ao BNDES (que por sua vez repassou quase totalidade do que recebeu para o aumento de participação da união na Petrobrás), ao banco do nordeste, ao fundo de marinha mercante e à caixa econômica federal.

Só esta emissão de títulos, correspondeu a 12% do PIB, aumentando a dívida pública mobiliária nacional que, segundo dados do próprio banco central, já era superior a 64% do PIB, correspondendo a mais de US\$ 912 bilhões, cujo custo supera US\$ 333 milhões de juros "ao dia".

ÚLTIMOS ARTIGOS

- 05.04.2011 **A Internet como ferramenta de investimento na Bolsa**
- 04.04.2011 **A indústria têxtil tem capacidade de suprir o consumo interno**
- 01.04.2011 **Ipad: o símbolo dos novos tempos e da revolução tecnológica**
- 31.03.2011 **A falta de uma comunidade cívica e o desenvolvimento**
- 30.03.2011 **Evolução e crescimento profissional através do conhecimento**
- 29.03.2011 **Os prejuízos da informalidade para a economia**
- 28.03.2011 **A importância dos pisos salariais estaduais em Santa Catarina**
- 25.03.2011 **Compensação indevida pode trazer problemas aos contribuintes**
- 24.03.2011 **Um novo olhar para a sustentabilidade**

[+ ver todos os artigos](#)

Este desequilíbrio fiscal não é possível de ser corrigido pelo simples aumento de impostos, até porque as transações internas são tributadas em quase 65%, na média. Somente diminuindo os juros da dívida pública interna e cortando os desperdícios dos gastos públicos é que haverá equilíbrio fiscal e, ainda, sobrarão recursos para viabilizar crescimento econômico acarretando assim, o aumento de arrecadação por escala.

Caso contrário, esta política vai contribuindo com a desaceleração toda a economia, afetando bolsas de valores e assim retirando o Brasil da confortável situação que o mercado global hoje lhe tem creditado, mas que agora, quando a crise mundial de 2.008 parece estar superada, começa questionar.

COMPARTILHAR

COMENTE

A A A

COMENTÁRIOS

QUERO COMENTAR

HOME
COMÉRCIO
MUNDO
CORPORATIVO

TECNOLOGIA
ARTIGOS

INDÚSTRIA
AGRONEGÓCIO
CONSUMIDOR
FINANÇAS
PESSOAIS
ENTREVISTAS
INDICADORES

NEWSLETTER

PREENCHA OS CAMPOS ABAIXO PARA RECEBER PERIODICAMENTE AS NOTÍCIAS DA ECONOMIA EM SANTA CATARINA.

NOME:

E-MAIL:

DASTRAR

COMPARTILHE



RSS



STUMBLEUPON



TWITTER



YAHOO!



DELICIOUS



FACEBOOK

economiasc
A INFORMAÇÃO QUE DÁ RESULTADO

2011 **economiasc.com.br** Todos os direitos reservados.
É permitida a reprodução dos conteúdos desta página em qualquer meio de comunicação eletrônico ou impresso desde que citada a fonte.


agência hive